

ACTA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS – 1ª REUNIÃO

-----Aos vinte e um dias do mês de Abril de dois mil e seis, pelas vinte horas e vinte minutos, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----**1. Apreciação do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas relativamente ao ano de 2005;**-----

-----**2. Discussão e aprovação do Regimento da Assembleia Municipal;**-----

-----**3. Estatuto da Oposição – Lei nº 24/98 de 26 de Maio – Relatório de Avaliação do Grau de Observância;**-----

-----**4. Projecto de Regulamento da Biblioteca Municipal;**-----

-----**5. Projecto de Regulamento das Marchas Populares de São Pedro;**-----

-----**6. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

-----**1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:**-----

-----Faltaram à sessão ou chegaram durante a mesma, os seguintes membros: Alexandre Tiago dos Santos Valinho (P.S. – Falta injustificada); David Luís Durão (P.S.D.- Falta Justificada); Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (C.D.S./P.P. – Falta Justificada), Vítor Louro Cordeiro (P.S. – Falta Injustificada).-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Rui Augusto Marques Silva Pereira Neves, Jorge Manuel Vieira Cardoso, a Assistente Administrativa Especialista Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e a Assistente Administrativa Helena Isabel Ferreira de Sousa.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento à Assembleia que foram consideradas justificadas pela mesa as faltas à presente sessão dadas pelos membros acima referidos face à justificação escrita que estes apresentaram dentro do prazo regimental.-----

-----**2. LEITURA DO EXPEDIENTE:**-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez a leitura resumida do expediente recebido desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal, dando especial ênfase à carta enviada pelo membro desta Assembleia Municipal **Alexandre Tiago dos Santos Valinho** que vem assim renunciar ao mandato para que foi eleito, pela lista do Partido Socialista, aceitando a renúncia e processando-se a substituição nos termos do artigo 79º da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro. Assim e encontrando-se presente **Rita Isabel Silva Pereira**, cidadã imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, foi a mesma empossada, tendo apresentado o bilhete de identidade nº 11608251 e NIF 208 890 777.-----

3. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:

Posta a votação, e não tendo havido intervenções, foi a acta da sessão ordinária realizada em 17 de Fevereiro de 2006, **aprovada por maioria, com duas abstenções (José Gabriel Pires Vala, Presidente da Junta de Freguesia de S. João Baptista, e José Silva Santo, Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras, ambos eleitos pelo PPD/PSD.)**

4. PERIODO DA ORDEM DO DIA:

4.1. APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO, BEM COMO APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAMENTE AO ANO DE 2005:

Entrando na ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara, que depois de tecer algumas considerações sobre o documento em apreço, cedeu a palavra ao senhor Vice-Presidente em virtude de ser ele o responsável pelo Pelouro de Economia e Finanças.

O senhor Vice Presidente, no uso da palavra, referiu que à semelhança do que aconteceu aquando a discussão do Orçamento para 2006, iria proceder à leitura de um documento que se passa a transcrever:

Apresentação da Prestação de Contas 2005

1. Introdução

a) Ao elaborar a prestação de contas de 2005, foi intenção deste executivo ir bastante além do que é estritamente obrigatório. Em obediência ao princípio do dever de informar, esclarecer, tornar claro e transparente o movimento efectuado no respectivo exercício, é posta à discussão um conjunto de documentos, que julgamos, estão em consonância com um princípio igualmente consagrado há muitos anos e que consiste na obrigação de fornecer todos os elementos necessários à comparabilidade dos registos em períodos homólogos, tendo em vista conhecer os valores dos três exercícios antecedentes e a sua evolução. Este objectivo parece-nos de grande importância para a análise, avaliação e interpretação da actividade desenvolvida na Câmara Municipal.

b) Pensamos que este pensamento se encontra materializado nos extensos documentos em apreciação, os quais procuram dar uma imagem correcta e apropriada da verdadeira situação económica e financeira do município à data de 31.12.2005.

c) No Relatório de Gestão, foi nossa preocupação fornecer aos destinatários o máximo de informação considerada relevante e habitualmente tratada, hoje em dia, nas diversas áreas da actividade económica e social. Vai desde os dados biográficos ou históricos, à estrutura organizacional, aos dados estatísticos e aos quadros e gráficos comparativos a três anos homólogos, os quais se revelam de primordial importância para a tomada de decisões ao nível da gestão que se deseja cada vez mais profissionalizada e responsável.

2. Breve análise de âmbito técnico

Sobre o conteúdo técnico e específico dos vários documentos em análise, não vou descrevê-lo detalhadamente, uma vez que os senhores deputados por certo os leram atentamente. Vou apenas, se me permitem, destacar alguns pontos que me parecem especialmente importantes para a compreensão global da prestação de contas e são determinantes na criação das condições em que o executivo pode e deve operar na área da gestão diária da Câmara Municipal.

2.1 - Receita - 13,784 milhões de Euros - (Rec. Cor. 10,313+REC. Cap. 3,471 milhões de Euros):

-----a) **Pág.8** – O grau de execução da receita fixou-se em 65,71% do valor orçamentado, ou seja, ficaram por cobrar cerca de 7,1 milhões de euros.-----

-----b) **Pág.16** – A evolução das receitas é negativa, sendo que é na receita própria da autarquia que essa descida se mostra mais preocupante com menos de 2,74%. Se considerarmos que a inflação registou um ritmo crescente de cerca de 2,5% ao ano em termos médios, verificaremos que, em termos reais, a receita registou uma variação negativa de cerca de 10% no triénio de 2003/2005 em análise.-----

-----c) **Pág.17 – Execução da receita** – O grau de execução da receita tem vindo a decrescer ano após ano: em 2003 – 78,06%; em 2004 – 72,68% e em 2005, 66,11%.-----

-----**2.2 – Despesa – 13,701 milhões de euros - (Desp.Cor. 10,313+Desp.Cap. 3,698 milhões de euros):**-----

-----a) **Pág.20** – O grau de execução da despesa ascendeu a cerca de 66% de média, fixando-se o grau da despesa corrente em 77,82% e a despesa de capital em 47% do valor orçamentado.---

-----Pode ver-se ainda nesta página que a despesa corrente vs despesa total ascendeu a 73,02% em 31.12.2005. Chamo a atenção para o facto de quando da discussão do orçamento para 2006 eu ter aqui afirmado que segundo alguns indicadores a despesa corrente ascenderia a mais de 72% no final de 2005. Pelas intervenções então registadas poucos foram os que acreditaram que isso fosse possível. A verdade, porém, é que esse valor foi ultrapassado e as projecções estavam correctas, tendo sido atingido o valor já referido de 73,02%.-----

-----b) **Pág.21** – A despesa corrente subiu 1,698 milhões de euros, ou seja 20,44% no triénio de 2003/2005, sendo que no exercício em apreciação subiu 8%.-----

-----c) **Pág.22** – A despesa de capital (investimento) desceu, fixando-se no mesmo período em 1,768 milhões, ou seja 32,41%.-----

-----d) **Pág.22** – Sobre o peso da despesa corrente na despesa total, peço-vos que se detenham um pouco na análise do gráfico aí existente, o qual, só por si, é bem ilustrativo dos problemas financeiros e económicos que hoje em dia afectam o nosso município. Sem se inverter a tendência das linhas de tendência que ali estão expressas não é restabelecido o equilíbrio das contas da Câmara e o nosso concelho não tem reunidos as condições que lhe permitirão desenvolver-se de forma sustentada e sem grandes sobressaltos. Há três anos consecutivos que as despesas registaram um crescimento assustador, enquanto que os investimentos se comportaram em direcção perfeitamente oposta.-----

-----**2.3 – Recursos Humanos:**-----

-----a) **Pág.26 – Números de efectivos:** A autarquia tinha, em 31.12.2005, ao seu serviço 303 trabalhadores. O primeiro quadro da página indica-nos que este efectivo de pessoal subiu nos dois anos precedentes (período de 01.01.2004 a 31.12.2005) 52 unidades, ou seja 20,72% de aumento em número de trabalhadores.-----

-----b) Alerto para um erro que há no referido quadro. Na verdade se se fala em “2 anos” deverão contar-se 52 novas unidades e não de 48 como ali está indicado por lapso). Os valores ali referidos devem ser entendidos a 31 de Dezembro de cada ano para melhor compreensão.-----

-----c) **Pág.26 – “Admissões”** – o segundo quadro da mesma página não deve ser relacionado com o primeiro quadro, para evitar interpretações erradas. Com ele pretendeu-se apenas dar uma ideia do movimento do pessoal (admissões efectivas). Estes valores foram obtidos na respectiva Secção e aí não se encontram registados os POC’s contratados, os estagiários contratados e os avançados com vínculo idêntico. De igual modo, não fazem parte as rescisões e as não renovações contratuais eventualmente verificadas no período.-----

-----d) **Pág.27 – Evolução das despesas com o Pessoal:** A evolução das despesas com o pessoal diz-nos que as mesmas subiram 276.229 euros em 2005, ou seja 7,09% relativamente a 2004, tendo registado um aumento nos últimos dois anos (de 01.01.2004 a 31.12.2005) no montante de 401.201 euros, ou seja 11,49% - págs. 27 e 28. De referir ainda que este quadro não contempla os encargos com o Pessoal da Assembleia Municipal, as facturas da ADSE não liquidadas, nomeadamente.-----

-----**2.4 – Dívida a terceiros de curto prazo:**-----

-----a) **Pág.37** – A dívida de curto prazo, facturada, subiu 97,25% num só ano, de 31.12.2004 a 31.12.2005, ou seja, passou de 1 554 265€ para 3 065 711 €. De salientar que o valor global desta dívida aparece no Balanço com um valor de 3 421 784,96 €. A diferença de 356 073,88 € refere-se a “cauções”, e outros valores contabilizados na conta 268 e constam do mapa anexo às Operações de Tesouraria – pág. 13/13.-----

-----b) **Pág.37** – A mesma dívida de curto prazo, (facturada) cresceu em três anos (de 31.12.2002 até 31.12.2005) 1 577 902 €, ou seja 106,05%, sendo que no transacto de 2005 cresceu 97,25%.-----

-----c) O volume da dívida de curto prazo assume aqui especial preocupação porque ela foi originada pelo recurso a despesas correntes. Como ficou demonstrado na pág. 22 o investimento decresceu em 3 anos (apenas de 31.12.2002 a 31.12.2005) em 1 760 000 €.-----

-----2.5 Dívida a Terceiros de Médio e Longo Prazo:-----

-----a) **Pág.38: A dívida de médio e longo prazo:** este montante cresceu igualmente de forma significativa no período em análise, ou seja, de 1 946 424 € em 31.12.2002 passou para 2 373 037 € em 31.12.2005. A diferença de 426 613 € corresponde a um aumento percentual de 21,92%.-----

-----2.6 – Dívida Total a Terceiros:-----

-----b) **Pág.39** – O crescimento da dívida total (facturado): o crescimento desta dívida foi feito à custa da despesa corrente, fixando-se no período de três anos (de 31.12.2002 a 31.12.2005) em 2 004 515€, ou seja, 58,37% de aumento, conforme documenta o gráfico constante da referida página. Ao invés, a variação do investimento foi negativa no mesmo período em 1 757 000 €, ou seja, -32,21%.-----

-----2.7 – Dívida de terceiros de curto prazo:-----

-----a) **Pág.35 – Dívida de terceiros de curto prazo:** O montante desta dívida não sendo significativa em termos de valor absoluto, revela-se merecedora de uma especial referência pela evolução sofrida no último triénio. Se repararmos nos dois quadros existentes na página, verificamos que é na venda de água que o crédito subiu mais e de forma preocupante, não tanto pelo seu valor económico, mas sobretudo pela sua evolução crescente e de grande significado social.-----

-----b) **Pág.35 – O saldo da dívida a clientes:** No último triénio (01.01.2003 a 31.12.2005) o total da dívida de clientes subiu de 30 994,77 € para 54 341,07 €, ou seja a diferença positiva de 23 346,30 € corresponde a um aumento percentual de 75,23%, sendo que no exercício em apreciação de 2005 subiu 7,30%.-----

-----2.8 – Capacidade de Endividamento Utilizável:-----

-----a) **Pág.40 – A CEU – Capacidade de Endividamento Utilizável:** A capacidade de endividamento utilizável para o ano corrente de 2006, foi fixada em 946 625 €, de acordo com um ofício recebido da DGAL em 28 de Março último. Este valor, segundo o mesmo ofício, ainda está sujeito a ajustamentos.-----

-----b) **Pág.40 – Limites de endividamento:** Estes limites têm de estar abaixo de um dos limites de 1/8 dos Fundos de Base Municipal, Geral Municipal e de Coesão Municipal, ou 10% das despesas de investimento realizadas pelo município no ano anterior.-----

-----2.9 – Resultados 2005-----

-----2.9.1 – Demonstração de Resultados:-----

-----a) O resultado contabilístico apurado não é, de todo, um elemento de especial relevância na análise das contas da autarquia.-----

-----b) No entanto, pode ser um indicador do esforço empreendido na gestão corrente e dos objectivos perseguidos. No ano em apreço, o resultado encontra-se ainda desvirtuado por ausência do princípio da especialização dos exercícios há muito consagrado na técnica contabilística provada, mas que o POCAL ainda não consagra.-----

-----c) Na verdade este princípio de fundamental importância para imputação de resultados ao respectivo exercício não está ainda contemplado no POCAL seguindo o Plano uma lógica de recebimento/pagamento, distorcendo por efeito dessa limitação os resultados contabilísticos

anuais. -----

-----d) Exemplo bem demonstrativo disso é o facto de em 2004 o resultado apurado ter beneficiado de um avultado apoio obtido nesse ano pela instalação do Parque Eólico do Alqueidão da Serra. Em boa verdade das contas este proveito deveria ter sido diferido por tantos anos quantos os anos de vigência do respectivo contrato de exploração se a isso o POCAL obrigasse. -----

-----e) **Pág. 1/1, a seguir à pág. 42 – Demonstração de resultados:** O resultado positivo apurado no exercício de 2005 foi de 24 110,42 €, tendo havido uma variação negativa de 1 519 015 € relativamente a 2005, diferença que está decisivamente influenciada por vários proveitos reconhecidos na totalidade em 2004 e que, parcialmente, caberiam a 2005, nomeadamente 429 465,00 € referentes ao Parque Eólico de Alqueidão da Serra. -----

-----**2.9.2 – Balanço:**-----

-----a) **Pág. 2 a seguir à pág. 42 – Activo Líquido:** Quanto ao balanço não há muito a dizer a não ser que o activo líquido registou um crescimento de 1 909 616,96 €, o que corresponde a um aumento percentual de 6,33%, relativamente a 2004.-----

-----b) **Pág. 2 – Passivo:** Quanto ao passivo de médio longo prazo, houve uma variação negativa de 43 692 €, o que corresponde a uma redução percentual de 1,80%. Quanto ao passivo de curto prazo, o mesmo cresceu 1 544 491,52% de 2004 para 2005, o que corresponde a um aumento de 82,27%.-----

-----Porto de Mós, 21 de Abril de 2006.-----

-----Albino Januário (Pelouro de Economia e Finanças)-----

-----**João Manuel Rodrigues Coelho (Presidente da Junta de Freguesia de Juncal/PPD/PSD):**-----

-----Usou da palavra manifestando o seu espanto relativamente ao facto de as contas da Câmara terem subido tanto, uma vez que em relatórios que foram apresentados em meados do ano de 2005 nada fazia prever esta situação. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que o senhor Presidente da Câmara Municipal responderia aos membros intervenientes após duas intervenções. -----

-----**Fernando da Silva Matos de Morais Sarmento (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra/P.S.):**-----

-----Congratulou-se com a elevada apresentação do documento, que apesar de técnico é perfeitamente acessível aos leigos. -----

-----Salientou o peso excessivo da despesa corrente na estrutura, dizendo que era visível o fraco investimento realizado, pelo que não é de espantar. -----

-----Afirmou ainda que a situação de Alqueidão da Serra é elucidativa e não contribuiu para o endividamento da autarquia e passou a enunciar os montantes previstos e os que foram executados. Acrescentou ainda ter sido a sua freguesia esquecida pelo anterior executivo, mas acredita que no futuro é possível a diminuição das despesas correntes por forma a libertar verbas para investimento manifestando ainda a sua disponibilidade para uma colaboração franca e leal. -

-----A **João Manuel Rodrigues Coelho (Presidente da Junta de Freguesia de Juncal/PPD/PSD)**, respondeu o senhor Vice-Presidente dizendo que a dívida cresceu muito nos últimos anos e que efectivamente os relatórios apresentados no meio do ano transacto não indiciavam isso, acrescentando que a situação não era de molde a permitir que isso transparecesse. Salientou depois o papel fiscalizador da Assembleia Municipal dizendo que esta deveria na altura própria ter suscitado o problema. Quanto a si próprio não ficou surpreendido dado que no passado, e apesar de não estar na Câmara nem na Assembleia, sentia que as coisas não corriam bem para o concelho. Acrescentou ainda que a postura do executivo não é esconder ou superficialidade as coisas e portanto a informação fornecida é verdadeira. -----

-----Esclareceu ainda que dificuldades financeiras de curto prazo não são dificuldades patrimoniais.-----

-----A **Fernando da Silva Matos Morais Sarmento (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra/P.S.)** agradeceu os elogios ao documento apresentado dizendo que este é fruto de um esforço conjunto dos serviços e dele próprio.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PPD/PSD):**-----

-----Começou por afirmar que depois de ouvir a veemência com que se virou para a Assembleia Municipal pode imaginar o que deve ter sido dito aos outros membros do executivo.-----

-----Referiu depois que não se debruçaria muito sobre o documento por ser muito técnico, elogiando a sua apresentação e passando a ler uma intervenção que pediu fizesse parte da acta e que a seguir se transcreve:-----

-----*Sr. Presidente e Srs. Deputados o Documento de Prestação de Contas, nomeadamente o Relatório de Gestão, tem vários erros, alguns já mencionados, outros que gostava de referir:-----*

-----*Debrucemo-nos sobre o mapa "Resumo das Grandes Opções do Plano 2005" constante da pag. 24 do Relatório cuja intenção deveria ser a de informar, não é mais nem menos que um conjunto de asneiras, para não dizer que a intenção foi fazer transparecer, com as colunas das percentagens, aquilo que as contas reais não transparecem. Senão vejamos:-----*

-----*1. Na análise percentual das duas rectificações ao Orçamento, verificamos que podemos concluir, erradamente, ter havido um desvio de 107,98%, quando esse desvio foi de 7,98% (todas a rubricas desta coluna estão erradas).-----*

-----*2. Na análise percentual do realizado, a mesma deve ser efectuada em função dos valores comprometidos e não do realizado, uma vez que o comprometido corresponde a obras em curso, e aí a percentagem de realização em função do orçamento final é de 83% e não de 78%, como aí se tenta fazer crer.-----*

-----*3. Na análise percentual efectuada aos valores pagos, sinceramente, não consigo perceber como se compara valores pagos com valores orçamentais em vez de valores pagos com valores realizados. É que aqui, a percentagem de 53% dá a ideia de que o Executivo anterior, do qual faziam parte quatro vereadores do actual executivo, apenas pagou 53% das obras que fez, quando na realidade a percentagens de valores pagos em relação ao realizado (facturado) foi de 73%, valor bem diferente daquele.-----*

-----*Falemos sobre o Pessoal da Câmara,-----*

-----*Sr. Presidente, quanto é que custaram os funcionários da Câmara de Porto de Mós em 2005??*

-----*Custaram 3.905.583,74€, segundo o valor apresentado na página 20?-----*

-----*Custaram 3.893.954,10€, segundo o valor apresentado na página 27?-----*

-----*Ou, Custaram 3.948.370,37, segundo o valor apresentado na Demonstração de resultados?*

Pessoal	Pag. 20	Pag. 27	Dem. Res.
Desp. com o Pessoal	3.905.583,74	3.893.954,10	
Custos com o Pessoal			3.420.725,29
Encargos Sociais			527.645,08
Total da Receita	3.905.583,74	3.893.954,10	3.948.370,37
Diferenças		-11.629,64	54.416,27

-----*Oh, Sr. Presidente e quantos trabalhadores tem na Câmara Municipal de Porto de Mós?-----*

-----*Quantos entraram em 2005, os 48 referidos no 1º quadro da página 26, ou 12 referidos, no 2º quadro da mesma página?-----*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pessoal	Pag. 26	Pag. 26	Diferença
Pessoal 2004	255		
Pessoal 2005	303		
Admissões	48	12	-36

-----E sobre as admissões de pessoal na Câmara, gostava de perguntar quem era e quem é, o Presidente do Júri, que decide sobre admissões de novos trabalhadores?-----

-----Ainda sobre Pessoal, sugiro que acrescente, na nota 8.2.23. do Anexo às Contas, o valor que a Câmara deve aos membros da Assembleia Municipal.-----

-----**António Pereira Carvalho (P.S.):**-----

-----Começou por dizer que se trata de uma apresentação bastante feliz em comparação com anos anteriores. A apresentação foi menos densa em termos de números, centrando-se no balanço e na demonstração de resultados (conjunto de direitos e obrigações).-----

-----Referiu ainda o critério de avaliação – não nos seus custos, mas no que seria razoável aceitar.-----

-----Fez ainda menção ao património da Câmara Municipal estimado em 32 milhões de euros, dos quais se devem 11 milhões de euros e questionou se foram efectuados os esforços suficientes para a recuperação de créditos.-----

-----Conclui dizendo que cada vez fica menos para investimento de capital, sendo assim de extrema importância a escolha dos investimentos, pelo que o dinheiro tem de ser aplicado de forma a criar riqueza.-----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu a **António Manuel de Sousa Pires (PPD/PSD)**, que nos finais de 2004, um membro da sua bancada parlamentar lhe disse que não estava a gostar do caminho que as coisas estavam a levar, acrescentando que ao anterior Presidente muita coisa lhe passou ao lado e que haveria muita coisa de que não tinha conhecimento, tendo havido divergências da sua parte com o anterior executivo, por via de despesas efectuadas, nomeadamente viagens que foram feitas, não tendo ele próprio nunca recebido ajudas de custo. -

-----No que se refere à SUMA, SIMLIS, EDP..., é urgente reduzir os custos, afirmando haver um défice mensal preocupante de 30 mil contos, estando neste momento a negociar com a SUMA.-----

-----Quanto à admissão de pessoal, referiu que desconhece a que é que o António Manuel de Sousa Pires se refere e põe a hipótese de ser aos funcionários das piscinas municipais, que são avençados. Que a redução com despesas de pessoal são uma realidade, tendo sido anulados seis concursos logo no início do mandato.-----

-----No que concerne às senhas de presença da Assembleia Municipal refere que talvez seja um preciosismo do relatório.-----

-----O senhor vereador Rui Neves usou da palavra para referir que quando se faz uma despesa procura saber se a mesma está cabimentada.-----

-----O senhor Vice-Presidente, usando da palavra considerou que o membro da Assembleia Municipal António Manuel de Sousa Pires, estaria a usar de má-fé quando referiu a contratação de novos funcionários, pois apenas se tratam de avençados.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Relativamente ao pretensão pouco apreço que teria por esta Assembleia Municipal, disse que isso não tem sentido, pois, e referindo-se ao relatório em apreciação, lhe deu um manancial de informação desta ordem. -----

-----Referiu ainda que os POC'S acarretam custos para a Câmara Municipal, ao contrário do que se poderá pensar, e que não pode haver postos de trabalho sem sustentação, terminando por dizer que quem ganha dinheiro tem que o ganhar justificadamente. -----

-----Respondeu ainda a **António Pereira Carvalho (P.S.)** concordando que primeiro que se possa distribuir riqueza tem que se criar a mesma. -----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PPD/PSD):** -----

-----Usou da palavra para dizer que se está perante um facto novo, uma vez que temos um executivo que aproveita as contas para atacar o executivo anterior sem ter em conta as pessoas que estavam por trás. Esclareceu ainda que a especialização de exercício não foi feita este ano e também o não foi em 2005, porque não faz parte do POCAL -----

-----Quanto ao relatório de contas, elogiou a sua apresentação, tendo estranhado a análise feita sobre os últimos três anos, bem como a referência em algumas rubricas a valores de 2002. -----

-----Passou depois a ler um documento que a seguir se transcreve:-----

-----Sr. Presidente e Srs. Deputados sobre o Documento de Prestação de Contas, nomeadamente o Relatório de Gestão, tem vários erros inadmissíveis, senão vejamos:-----

-----1. Na página 6 a referência à Organização Contabilística, refere o Decreto-Lei nº 54-A/99, de 2 de Fevereiro, mas o referido Decreto Lei é de 22 de Fevereiro.-----

-----2. Os Quadros das páginas 8 e 10, nas colunas das Previsões Corrigidas, apresentam valores diferentes para as Receitas Correntes e de Capital. Gostava de perguntar se algum deles está certo??? E se sim qual deles, por uma questão de rigor. -----

Previsões Corrigidas	Pag. 8	Pag. 10	Diferença
Receita Corrente	13.287.797,41	13.118.767,00	169.030,41
Receita Capital	7.434.559,71	7.432.559,71	2.000,00
Total da Receita	20.722.357,12	20.551.326,71	171.030,41

-----Ainda sobre as Receitas, na página 11, a título de conclusão, refere-se que o grau de realização da receita foi de 78,62% e na página 8 a mesma receita corrente, regista um grau de realização de 77,62%. Também por uma questão de rigor, algum dos valores é real??, e se sim qual deles??-----

Desvio	Pag. 8	Pag. 11	Diferença
Receita Corrente			
- Valor	2.974.436,90	2.805.406,49	169.030,41
- Percentagem	77,62%	78,62%	-1,00%

-----Sobre as Receitas de Capital, na página 14, o desvio registado foi de 4.129.577,27€ e na página 8 o mesmo desvio, é de 4.131.577,27€. Também aqui qual dos valores é correcto??-----

Desvio	Pag. 8	Pag. 14	Diferença
Receita Capital			
- Valor	4.131.577,27	4.129.577,27	2.000,00
- Percentagem	44,43%	44,44%	-0,01%

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Na página 16, na Evolução da Receita, em 2005, os impostos directos, os impostos indirectos e taxas ascendem a 2.836.813,22€, na Demonstração de Resultados os impostos e taxas são de 2.723.312,49 €. O que significa uma diferença de 113.500,73 €. -----

Receitas	Pag. 16	Dem. Res.	Diferença
Impostos Directos	2.256.197,67		
Impostos Indirectos	265.900,33		
Taxas, Multas	314.715,22		
Total da Receita	2.836.813,22	2.723.312,49	-113.500,73

-----Quanto à Despesa de Capital, há uma diferença entre o valor apresentado na página 8 e o valor apresentado na página 22. Qual é o valor correcto? -----

Despesas	Pag. 8	Pag. 10	Diferença
Despesas de Capital	3.696.570,84	3.697.548,66	-977,82

-----Sr. Presidente não acha que o Relatório de Gestão está bastante confuso e com muitos erros?? -----

-----**Fernando Manuel Marques Amado (P.S.):** -----

-----Teceu algumas considerações políticas acerca do documento apresentado, que é bastante técnico. Comentou que se tem dito gostar do documento, elogiando a sua apresentação mas que simultaneamente se tem tentado desvirtuar o que contém, afirmando que são factos, que são números, sendo o mais esclarecedor possível não só para técnicos mas também para leigos. -----

-----Referiu ainda que, a pessoa que estaria em melhores condições para explicar algumas das contas que hoje se estão a apreciar, e sem referir nomes, fez uma opção pessoal de não estar presente, quando o poderia estar, se tivesse tomado posse para o cargo para que foi eleito. -----

-----Referiu ainda que o documento evidência uma forte derrapagem nas contas e manifestou-se chocado quando se disse que o senhor Vice-Presidente falou com veemência, dizendo acreditar que este gostaria de trazer um documento diferente. -----

-----Posteriormente colocou algumas questões, nomeadamente perguntando qual a justificação para a escalada das despesas correntes, bem como se explica que num só ano, a dívida de curto prazo tenha subido 97%. -----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu aos anteriores intervenientes dizendo que não se estão a atacar pessoas mas sim métodos e políticas e a forma como as coisas evoluíram, reafirmando ser necessário inverter a situação. -----

-----O senhor Vice-Presidente, tomando a palavra reforçou as palavras do senhor Presidente da Câmara e disse que gostaria de ver o POCAL com a demonstração do exercício como na privada. -

-----Esclareceu que as divergências apresentadas por **Luís Manuel Coelho de Almeida** provêm da transferência de saldos do ano anterior e portanto é uma diferença aparente, não havendo erro material de nenhum dos resultados que foram apresentados. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A **Fernando Manuel Marques Amado** respondeu que a despesa evoluiu porque não se pode fazer a gestão de 14 milhões de forma descuidada. O descontrolo orçamental foi enorme – um orçamento inicial de 14 milhões terminou em 20 milhões, sem que se tratasse de uma despesa produtiva de forma a gerar retorno. Acrescentou ainda que no primeiro trimestre deste ano, a receita corrente continua a descer e que é necessária firmeza.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PPD/PSD):** --
-----Apontou algumas divergências nas contas apresentadas, tendo ainda feito menção ao valor da dívida de curto prazo que não é de 7,5 milhões de euros conforme foi noticiado pelo jornal "O Portomosense", pedindo ao senhor Vice-Presidente para esclarecer, acrescentando que há empréstimos que vão ser pagos a longo prazo e não a curto prazo. Estranhou também o facto de durante 4 anos a Câmara Municipal ter aprovado por unanimidade as opções estratégicas do concelho e na própria Assembleia Municipal a oposição aplaudia e agora atribuem-se culpas a uma única pessoa que já não faz parte destes órgãos.-----

-----**José Jorge Couto Vala (PPD/PSD):** -----
-----Fez referência à demissão e saída da Câmara do actual Presidente dizendo que este foi vereador até ao fim, apenas deixou o cargo de vereador a tempo inteiro.-----

-----Relativamente à prestação de contas, disse que esta tem como objectivo prestar mais e melhor informação, o que não foi conseguido, atendendo aos vários erros admitidos pelo senhor Vice-Presidente.-----

-----Passou depois a ler documento que entregou à mesa para fazer parte integrante desta acta e que a seguir se transcreve:-----

-----*Senhor Presidente, passar de um Relatório de Gestão de 11 para um Relatório de Gestão de 40 páginas, provavelmente teve como objectivo, prestar mais e melhor informação, mas na minha opinião, o objectivo não foi conseguido e o Relatório de Gestão tem, de facto, muita informação, mas de fraca qualidade.*-----

-----*A nota prévia, da página 6, refere o pouco tempo que o actual executivo teve para se integrar da gestão corrente, mas como é conhecido e referido na mesma página, do actual executivo fazem parte 4 elementos, que já faziam parte do anterior executivo.*-----

-----**Despesas Correntes:** -----

-----O Relatório de Gestão, em vários mapas, apresenta a Despesa dividida entre Comprometida, Facturada e Paga, sendo a Despesa Comprometida, uma inovação deste Executivo, com o único objectivo de aumentar o passivo da Câmara acima do seu valor real.-----

-----Já conhecemos esta história, aliás na página 8, com alguma confusão à mistura, refere-se que os compromissos a pagar, são a diferença entre a Despesa Comprometida e a Despesa Paga, o que é obviamente errado, basta analisar o passivo da Câmara no Balanço.-----

-----Mas se a Despesa Comprometida, serve para calcular o passivo, então a execução orçamental foi de 87,33% e não 66,11% (Despesa Paga).-----

-----Mais, o Cavalinho de Batalha deste executivo, são as famosas Despesas Correntes, mas se as despesas comprometidas devem ser incluídas no Passivo, então também devem ser incluídas, no cálculo das despesas de capital versus despesas totais, e aí, pasme-se senhor Presidente e senhores deputados, as despesas correntes deixam de ser 73,02%, mas sim de 64,78%.-----

-----Não, não é engano, é uma questão de fazer uma simples operação de dividir, pois dividindo as despesas comprometidas, que contam para o passivo e que são de 11.721.258,61 €, pelo total das despesas, que são de 18.095.908,13 € temos, que a famosa Despesa Corrente foi, em 2005, de 64,78% e não de 73,02%, como é referido neste relatório.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quadro Página 20	Comprometida	Facturada	Paga
Despesa Corrente	11.721.258,61	11.633.875,73	10.003.433,32
Despesa de Capital	6.374.649,52	5.095.046,91	3.696.570,84
Total da Despesa	18.095.908,13	16.728.922,64	13.700.004,16
%da Despesa Corrente	64,77%	69,54%	73,02%

-----Senhor Presidente, sejamos sérios, o passivo da Câmara é segundo o Balanço apresentado por V. Exas de 5,8 milhões de euro, e em 2004 era de 4,3 milhões de euro, ou seja o passivo aumentou 35% de um ano para o outro, também por ter sido um ano eleitoral, onde todos nós, contribuimos directa ou indirectamente para o aumento do passivo, tudo o resto é politiquice, como o senhor bem sabe. -----

-----Senhor Presidente, na página 7, citando "... Documento verdadeiro e bem revelador da actividade desenvolvida e o seu conteúdo mostra-se de grande importância para a melhor compreensão e interpretação da situação financeira e económica da Câmara Municipal..."-----

-----Senhor Presidente, tem a certeza que este documento é verdadeiro??-----

-----SUGERIMOS A SUSPENSÃO DA VOTAÇÃO DO DOCUMENTO PARA CORRIGIR OS ERROS E VOLTAR DEPOIS À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

-----O senhor **Presidente da Câmara** respondendo, a **Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso)**, disse que o que está em causa são os métodos e não as pessoas, não sendo sua intenção atacar o seu antecessor, apenas lamentando que se tenha chegado a esta situação. -----

-----A **José Jorge Couto Vala (PPD/PSD)** referiu que não obstante ser ano de eleições, e portanto de se fazerem mais obras, apresentou-se uma despesa corrente bastante elevada, quando deveria ser o contrário. -----

-----O senhor **Vice-Presidente**, usando da palavra esclareceu o senhor Carlos Manuel Neto Venda acerca do que ele disse sobre divergência entre imobilizado corpóreo e imobilizado activo.--

-----Confirmou ainda que a dívida de curto prazo são efectivamente de 4 milhões e não de 7,5 milhões conforme foi dito n' "O Portomosense".-----

-----Terminou ainda dizendo que não lhe cabe imputar responsabilidades mas trazer a informação por forma a encontrar-se uma solução-----

-----Quanto a José Jorge Couto Vala, o senhor Vice-Presidente esclareceu que o que se está a analisar aqui, é a gestão da Câmara no ano de 2005. -----

-----Agradeceu ainda a colaboração de alguns membros que quando receberam a documentação o pediram alguns esclarecimentos sobre o relatório.-----

-----**António Pereira Carvalho (P.S.):** -----

-----Pedi a palavra para esclarecer que as receitas não têm a ver com os proveitos, fazendo uma explanação sobre o assunto.-----

-----**Fernando Manuel Marques Amado (P.S.):** -----

-----Interveio para perguntar se o valor das despesas não documentadas já está apurado, ao que o senhor Presidente da Câmara respondeu que não, porque de vez em quando se têm algumas surpresas, nomeadamente com terrenos que foram adquiridos apenas verbalmente, situações em que não há nada escrito, que foram assumidas verbalmente não havendo nada que diga que foram adjudicadas.-----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (PPD/PSD):**-----

-----Referindo-se à intervenção de António Pereira Carvalho (P.S.) disse que o assunto não é tão líquido quanto ele o referiu. Quanto ao documento em apreço, e tendo em conta todas as gralhas que têm vindo a ser referidas nesta sessão disse achar que o mesmo não iria passar no Tribunal de Contas.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PPD/PSD):**-----

-----Fez referencia a divida efectiva e comprometida, perguntando se se irá pagar com recurso a empréstimo.-----

-----O senhor Vice Presidente esclareceu que não é possível contrair um empréstimo sem haver uma justificação.-----

-----**José Jorge Couto Vala (PPD/PSD):**-----

-----Referiu a questão dos terrenos do Dr. Armando Gonçalves, e o facto de o senhor Presidente da Câmara alegar desconhecimento do assunto, tendo dito que tal foi aprovado em reunião de Câmara com o voto contra dos vereadores do PS e com o seu a favor.-----

-----O senhor Presidente da Câmara esclarece que o que disse foi que isso não constava do relatório da contabilidade e não estava devidamente documentada, mas que era do seu conhecimento.-----

-----Não havendo mais inscrições, foi o documento posto a votação, sendo o mesmo **aprovado por unanimidade**. O **Grupo de Eleitos do PPD/PSD** apresentaram a declaração de voto que a seguir se transcreve:-----

-----“Os Eleitos do PSD votam favoravelmente as Contas de 2005 não podendo deixar de relevar os erros apresentados no documentos que em nosso entender o desvirtuam.-----

-----Assim e porque o executivo não tem o mesmo entendimento, solicitamos que os referido erros e que fizeram parte das intervenções dos diversos membros da bancada do PSD façam parte integrante da acta da Assembleia Municipal.-----

-----Porto de Mós, 21 de Abril de 2006.-----

-----*(Assinatura)*.-----

-----**4.2. Discussão e aprovação do Regimento da Assembleia Municipal:**-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PPD/PSD)** propôs algumas alterações, nomeadamente na página 5, artigo 12º, nº 1, b) retirar “...ou de grupos municipais com idêntica representatividade;”, na página 7, artigo 16º, nº 2, f), substituir “*contribuição autárquica*” por “*IMI*” e na página 15, artigo 34º, nº 7 alterar “...coima de 99.76 euros até 498.80 euros...” por “...coima de 100 euros até 500 euros...”-----

-----Interveio **Olga Cristina Fino Silvestre, 1ª Secretária da Assembleia Municipal** que explicou que

no que se refere à alteração da página 5, a Assembleia está organizada em grupos municipais, pelo que faz sentido ficar. Quanto à alteração da página 15, e porque o que se propõe é um arredondamento, tal não é possível porque estes valores derivam directamente da lei. Já no que toca à alteração, da página 7, faz sentido que se altere uma vez que a contribuição autárquica já não existe tendo sido substituída pelo IMI.

-----O senhor Presidente da Assembleia pôs então o Regimento à votação com a alteração proposta para a página 7, artigo 16º, nº 2 alínea f), uma vez que não havia mais pedidos de intervenção, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.

-----**4.3. - Estatuto da Oposição – Lei nº 24/98 de 26 de Maio – Relatório de Avaliação do Grau de Observância:**

-----Dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara, este comentou a exigência do artigo 10º da Lei 24/98 de 26 de Maio, que prevê que se dê conhecimento da actividade municipal e conhecimento prévio da proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento aos partidos da oposição, mas antes da respectiva aprovação nos órgãos próprios, tendo este reunido com o membro eleito pelo CDS/PP, para a Assembleia Municipal, dado este partido não estar representado no executivo.

-----Não tendo havido inscrições, passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

-----**4.4. - Projecto de Regulamento da Biblioteca Municipal:**

-----O senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao senhor Vereador Rui Neves por ser ele o responsável por aquela área, tendo este explicado o conteúdo do mesmo e dando especial ênfase ao disposto no artigo 9º, alínea f), com a penalização dos retardatários na entrega do material requisitado.

-----Não tendo havido pedidos de intervenção, foi o **Projecto de Regulamento da Biblioteca Municipal** posto a votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**.

-----**4.5. - Projecto de Regulamento das Marchas Populares de São Pedro:**

-----O senhor Vereador Rui Neves usou da palavra para dizer que depois de 6 anos de interregno se irão recuperar as marchas populares. O presente regulamento foi elaborado porque, e tendo em conta as verbas envolvidas, este é um evento que terá que ter regras. Acrescentou depois, que na altura em que o regulamento esteve em inquérito público, houve lugar a algumas correcções, fruto de algumas recomendações por parte de pessoas que estiveram durante muitos anos ligadas a este evento. Terminou dizendo que irá haver seis marchas e que concerteza será um dos momentos altos das Festas de S. Pedro.

-----Não havendo pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs a votação este Regulamento, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.

-----Usando da palavra, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** pediu que, na informação que o senhor Presidente da Câmara apresenta em todas as sessões desta Assembleia se acrescentasse a situação financeira da Câmara Municipal, apresentando documento que a seguir se transcreve:

-----**Informação Financeira a prestar à Assembleia Municipal**

-----*Despesa comprometida*
-----*Despesa Facturada*

-----Despesa Paga-----
-----Receita de Corrente-----
-----Receita de Capital-----
-----Grau de execução do Orçamento-----

-----Dívidas de Terceiros (descriminada por tipo)-----
-----Saldo dos Depósitos à Ordem-----
-----Saldo de Outros Depósitos-----
-----Dívidas Bancárias (descriminadas por Instituição Financeira)-----
-----Dívidas a Terceiros (descriminada por tipo)-----
-----Concursos Públicos-----
-----Obras adjudicadas-----
-----Obras em Curso-----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu que na próxima sessão essa informação constará do seu documento.-----

----- **4.6 - INFORMAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA E), Nº 1 DO ARTIGO 53º, DA LEI 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara fez uma breve referencia aos trabalhos executados pela Câmara Municipal no período que mediou entre esta sessão e a anterior, tendo oportunamente distribuído documento escrito a todos os membros da Assembleia Municipal, que fica devidamente arquivado nestes serviços administrativos, e que a seguir se transcreve:-----

-----“**Informação nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela n.º 5 - A /2002 de 11 de Janeiro.**-----

-----Senhores Deputados:-----
-----Decorridos cerca de 2 meses desde a última Assembleia Municipal, destacamos os seguintes trabalhos realizados:-----

-----**ADMINISTRAÇÃO GERAL:**-----

-----Análise de diversos contratos de fornecimentos de serviços que conduziram às seguintes conclusões:-----

-----**1. Revisão de todos os contratos de assistência a fotocopiadoras com a XEROX, com a qual Câmara suportou cerca de 35.000 € em 2005. As negociações foram concluídas e chegou ao seguinte desfecho:**-----

-----a) Rescisão do contrato 40303117, em 19.04.2006;-----
-----b) Continuidade dos restantes contratos, tendo havido uma redução no preço por a cobrar por cópia a preto de 22,17% e a cor de 39,35%.-----
-----c) Nesta revisão de contratos pensamos ter havido uma redução de custos com a Xerox de um valor não inferior a 15.000 € / ano.-----

-----**2. Aquisição de uma fotocopiadora “Kyocera Mita”, por cerca de 7.000 €, para substituir um outro equivalente, adquirido à Xerox em Dezembro de 2003 por cerca de 16.000 €.**-----

-----a) De salientar que este que foi celebrado com este fornecedor um contrato de assistência ao preço de .05 € por cópia a cor e .006 € por cópia a preto, sem taxa fixa, quando em Dezembro de 2003 os contratos celebrados com a Xerox contemplaram os preços unitários de .00771 € a preto e .12153 € a cor, agravados com uma taxa fixa de cerca de 50.00 € mês por máquina.-----

-----**3. Processo de revisão dos preços das comunicações (Telefone fixos e Móveis), com a PT e**-----

com a Vodafone, tendo culminado as negociações com a seguinte decisão:-----

- a) Todas as comunicações, fixas e móveis, passam a ser debitadas pela Vodafone.-----
- b) De referir que se evitou que as chamadas pelo telefone fixo para telemóveis tivessem de ser geridas com recurso a equipamento que custaria à Câmara 6.500 €.-----
- c) Segundo estudo elaborado, foi possível concluir que a economia verificada com esta alteração se situará em 6.300 € / ano, quanto telefone fixo, e em 4.100 € quanto aos Telemóveis.-----

----- **PROTECÇÃO CIVIL:**-----

- a) Reunião com Corpos de Bombeiros, com vista à preparação da época de Fogos Florestais;-----
- b) Limpeza de matas, em colaboração com A.D.S.A.I.C.A. – Alcaria, Pedreiras e zona da Pragosa;-----
- c) Corte de eucaliptos no recreio da E-B1 de Alqueidão da Serra e de plátanos na vila de Porto de Mós;-----

----- **EDUCAÇÃO:**-----

- a) Início das obras programadas para a EB1 de Alqueidão da Serra;-----
- b) Conclusão da sala de refeições da EB1 e JI de Cumeira de Cima, localizada na Associação Recreativa e Desportiva Cumeirense;-----
- c) Início do serviço de almoços nestes estabelecimentos de ensino;-----
- d) Conclusão do telheiro da EB1 de Mira de Aire;-----
- c) Reparação dos telhados das EB1 de Corredoura, São Bento e J.I. de Arrimal, São Bento e Mendiga;-----
- d) Reparação das janelas do JI de Pedreiras e colocação de novos sanitários;-----
- e) Acordo com o Centro de Formação Profissional de Leiria e Escola Secundária de Porto de Mós para a realização do Curso Profissional de Electricidade, com equivalência ao 12.º ano e carteira profissional – a iniciar-se em 11 de Setembro de 2006, para 17 jovens;-----
- f) Distribuição pelas EB1 e JI do Guia Hortinhas Biológicas 2006, elaborado pelo Pelouro da Educação e Serviços do Ambiente;-----

----- **ACÇÃO SOCIAL:**-----

- a) Apoio a colónia de férias, que se realizou nas férias da Páscoa para 18 jovens do Concelho, promovida pela Psicaliva no âmbito da Rede Social;-----
- b) Instaurados 13 processos relativos a 21 crianças;-----
- Arquivados 5 processos;-----
- Em averiguação 9 processos;-----
- Elaboração do relatório relativo ao ano de 2005, aprovado em Comissão Alargada e será remetido à Assembleia Municipal de Junho;-----

----- **JUVENTUDE:**-----

- a) Participação de Jovens de Porto de Mós no Congresso da Juventude de Coimbra – Promovido pelo IPJ;-----
- b) Acção de Formação Desportiva – Segurança Sempre – em várias escolas do Concelho;-----

----- **URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO:**-----

- Continuação do processo de revisão do P.D.M.;-----
- Acompanhamento do Plano de Ordenamento do P.N.S.A.C.;-----
- Reunião com o IPPAR no sentido de solicitar a revisão da Zona Especial de Protecção do Campo Militar de S. Jorge;-----
- Reunião com o Sr. Director de Estradas, com vista a uma possível correcção e alargamento da Ponte E.N. 243 – Rio Alcaide;-----
- Aguardamos parecer superior sobre a construção de passeios na E.N. 243 – Rio Lena –-----
- Nota:** Já foi feita a sondagem técnica;-----
- Projecto de ampliação da Escola de S. Jorge (Aguarda parecer do IPPAR);-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Projecto de arquitectura da Casa da Cultura de Mira de Aire (aguarda pareceres das entidades);-----

-----Diligência junto das E.P. com vista à pavimentação da curva junto à sede da Associação Recreativa da Mendiga – obra já efectuada;-----

-----Em 31 de Março, foram apresentados:-----

-----1 - Candidaturas ao Programa PRAUD – Obras, para Porto de Mós (Central Termoeléctrica, Espaço Jovem, Matadouro, Parque Verde e Alargamento da Ponte de S. Pedro), Mira de Aire (Casa da Cultura; Largo da Igreja; Largo do Mercado) e Juncal (Casa Velório; Casa Calado e Arruamentos);-----

-----2 - Candidaturas ao Programa PRAUD-GTL para Mira de Aire e Juncal;-----

-----3 - Conclusão dos projectos de especialidade para a creche das Pedreiras;-----

-----**SANEAMENTO:**-----

-----1. Alteração das caixas de ligação de saneamento na E.N. 362 – Ribeira de Baixo;-----

-----2. Ligação de esgotos – Escola Fonte do Oleiro;-----

-----3. Continuação do projecto da rede de saneamento de Mira de Aire;-----

-----4. Negociações com SIMLIS, com vista à construção de conduta para saneamento – zona Colos, Pragosa, etc..(continuação do processo);-----

-----5. Saneamento do Campo de Futebol de Mira de Aire;-----

-----**ABASTECIMENTO DE ÁGUA:**-----

-----1. Continuação da reparação de bocas de incêndio em vários pontos do Concelho;-----

-----2. Extensão de conduta em:-----

-----• Ribeira de Cima;-----

-----• Alvados – Pousada da Juventude;-----

-----• Rua Padre Manuel Carreira – Mira de Aire;-----

-----• Estrada do Tojal Batalha e Bom Sucesso;-----

-----3. Colocação de válvulas de pressão na zona do Casal da Nogueira – Dinêz – Pedreiras;-----

-----Filmagem do furo JK3 – Casais de Matos;-----

-----Preparação da extensão de conduta Covas altas e ligação da água à Barrenta;-----

-----**MEIO AMBIENTE E NATUREZA:**-----

-----Continuação das obras de arranjos exteriores – Quintinha do Roseiral – Mira de Aire;-----

-----Continuação das obras de embelezamento do acesso a Porto de Mós – Zona da Corredoura;-----

-----Conclusão da pintura das escadas de S. Miguel e zonas envolventes;-----

-----Construção de muro na zona da Carrasqueira;-----

-----Conclusão da poda de árvores no Concelho;-----

-----Reparação de muro na Ribeira de Baixo e construção de muros novos na E.N. 362;-----

-----Reparação de muro junto ao pavilhão Gimnodesportivo;-----

-----Calçetamento e conclusão de muros na Rua D. Fuas Roupinho;-----

-----Construção de aqueduto na zona do Carqueijal;-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Limpeza de ruas em vários pontos do Concelho (Ribeira de Cima; Rotunda do cemitério; E.N. 242-4, etc.);-----

-----Construção de valetas na Carrasqueira;-----

-----Manutenção do Campo de Futebol e Jardins;-----

CULTURA:

-----Elaboração do Roteiro Turístico e Gastronómico do Concelho de Porto de Mós (em impressão);-----

-----Apoio financeiro ao encontro de coros "Entre Mar e Serra" promovido pelo Coro Calçada Romana do Alqueidão da Serra;-----

-----Apoio financeiro aos festejos do XX Aniversário do Coro Gaudiae Vitae – Mira de Aire;-----

-----Apoio financeiro ao II Festival de Doces e Licores promovido pela Casa do Povo de Porto de Mós;-----

DESPORTO:

-----Apoio da Câmara Municipal de Porto de Mós ao estágio; Nacional de Karate no Pavilhão de Mira de Aire – Associação ShotoKan;-----

-----Apoio ao passeio pedestre realizado pela Associação Mata Jovem de Mira de Aire;-----

-----Apoio financeiro e logístico ao Corta Mato do Clube das Andorinhas – Cruz da Léguas;-----

-----Apoio ao Free Ride BT - Descidas de Montanha - com organização do Clube Automóvel de Porto de Mós;-----

ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS:

-----Conclusão do projecto de arquitectura da Casa Velório do Juncal;-----

-----Preparação do concurso para reparação do cemitério velho de Porto de Mós (muros e capela);-----

-----Apoio à realização da procissão do Senhor dos Passos e limpeza das respectivas estações de via sacra;-----

INDÚSTRIA E ENERGIA:

-----Continuação das obras da 2.ª Fase da Z.I. de Porto de Mós;-----

-----Abertura de procedimentos para a alienação de lotes da Z.I. de Porto de Mós;-----

-----Foram negociados todos os termos em falta, para a 2.ª Fase da Z.I. de Porto de Mós e celebradas cinco escrituras;-----

-----Foram celebradas:-----

-----• Duas escrituras de terrenos da Zona Desportiva de Porto de Mós;-----

-----• Uma escritura da Z.I. de Mira de Aire;-----

-----Abertura de concursos para a construção de dois P.T. (Mira de Aire e Juncal);-----

-----Negociação com E.D.P para a construção de um P.T. no Juncal;-----

-----Ampliação da rede de iluminação pública em vários pontos do Concelho;-----

-----Início da reparação sinalizadora da rotunda do cemitério;-----

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES:

-----Continuação das obras na E.N. 362;-----

-----Reparação de caminhos em vários pontos do Concelho (Estrada das Quintas; Casal do Oleiro; Carqueijal; Casais de Matos; Azoia (colaboração com a Junta de Freguesia));-----

-----Reparação de várias estradas (operação tapa buracos) – S. Bento – colaboração da Junta de Freguesia;-----

-----Reparação de várias calçadas no Concelho, com destaque para a Vila de Porto de Mós;-----

DIVERSOS:

-----Continuação de acções de formação no âmbito do Programa "Foral";-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----*Continuação das obras do espaço-jovem;*-----

-----*Visita do Sr. Governador Civil, cuja sensibilização recaiu em questões como: a segurança de pessoas e bens; acessibilidades; Saúde e Plano de Ordenamento do P.N.S.A.C.*-----

-----*Porto de Mós, 21 de Abril de 2006.*-----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu quanto à questão da gravação das sessões da Assembleia Municipal que fez algumas diligências no sentido de apurar a forma como os outros municípios procedem, tendo chegado à conclusão de que, e tomando também como exemplo a Assembleia da AMLEI, os oradores têm que se deslocar até um espaço próprio onde fazem as suas preleções sendo as mesmas aí gravadas.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia referiu que tomou a liberdade de pedir um orçamento a uma empresa da especialidade e que a solução é bem diferente, considerando que para além disso se trata de um investimento e não de uma despesa corrente.-----

-----**José Silva Santo (Presidente da Junta de freguesia de Pedreiras-PPD/PSD):**-----

-----Manifestou a sua preocupação relativamente a uns carvalhos que podem vir a provocar alguns danos, perguntando a quem imputar responsabilidades uma vez que não sabe de quem são as árvores.-----

-----**Fernando da Silva Matos Morais Sarmento (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – P.S.):**-----

-----Questiona o senhor Presidente da Câmara relativamente à situação da Escola do 1º Ciclo de Alqueidão da Serra, perguntando como está o projecto global de intervenção nessa área.-----

-----Perguntou ainda se a Câmara Municipal pensa colocar água nas torneiras nos Casais dos Vales durante este ano de 2006.-----

-----Perguntou ainda sobre os trabalhos da Rotunda do Major.-----

-----O senhor Presidente da Câmara reconhece a pertinência da questão colocada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras, atendendo ao facto de haver um parque infantil bem como um parque de estacionamento naquele local, podendo dar-se uma catástrofe, acrescentando que há que ver quem é efectivamente o dono dos ditos carvalhos para o responsabilizar pela sua manutenção.-----

-----Relativamente à escola de acolhimento do Alqueidão da Serra, afirmou que a mesma irá ser valorizada uma vez que a mesma irá servir de acolhimento a outras escolas que irão ser fechadas.-----

-----Quanto ao abastecimento de água a Covas Altas, disse que se o empreiteiro não falhar as obras começam em princípios de Julho.-----

-----Quanto à rotunda do Major, o projecto está a ser preparado para ser submetido a concurso.-----

-----**Carlos Alberto Gomes Jorge (PPD/PSD):**-----

-----Usou da palavra perguntando se a situação do ponto de água para combate aos fogos, sito em Fontainhas, S. Bento, está resolvida, dada a importância de que se reveste para o abastecimento dos meios aéreos para combate aos incêndios.-----

-----Mencionou ainda que vê com agrado os funcionários da Câmara – topógrafos – em Mira

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Aire a fazer medições, recomendando a aquisição de rádios para evitar que andem a esbracejar. -----

-----Referiu ainda que a saúde em Mira de Aire é uma vergonha, esperando-se vagas desde as 3 ou 4 da manhã. -----

-----**Nuno Miguel Moleiro Oliveira (P.S.):** -----

-----Usou da palavra para perguntar se os planos de emergência das escolas estão aprovados. -

-----Questionou ainda o senhor Presidente da Câmara sobre a revisão do PDM, sobre os seus prazos, condições e previsões. Terminou ainda dizendo que gostava de ver mais obras na serra. -----

-----O senhor Presidente da Câmara respondendo ao primeiro interveniente, afirmou que existem divergências entre a Câmara Municipal e o dono do furo, em termos económicos, dado que este quer uma renda mensal destinada à manutenção de um determinado nível de água que permita o abastecimento dos meios aéreos de combate a incêndios, bem como uma comparticipação sobre o investimento efectuado com a abertura do furo, acrescentando que o dono do furo tem que ser razoável. -----

-----No que se refere à questão dos intercomunicadores essa será uma questão a estudar. Referiu ainda que a situação da saúde em Mira de Aire, tem a ver com a falta de médicos e que irá transmitir essa preocupação às entidades competentes. -----

-----A Nuno Moleiro o senhor Presidente respondeu relativamente à segurança nas escolas que esta não se faz tendo por base dados errados, pelo que está a ser feito o levantamento. Neste momento o funcionário que estava a tratar desse assunto está de baixa tendo que ser substituído. Neste momento já se procedeu à aquisição dos extintores. -----

-----No que refere à revisão do PDM, trata-se de um processo moroso e complicado. O Regulamento teve de ser todo revisto e corrigido para ser adaptado à legislação que entretanto saiu. Além do mais tem que se verificar a sua compatibilidade com o Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, porque se houver incompatibilidade prevalece este ultimo. Neste momento os Planos Regionais de Ordenamento do Território estão em análise, terminando por dizer que se tivermos o PDM no final do ano em discussão pública, isso já será muito bom. -----

-----Fez depois uma breve referência a trabalhos que têm vindo a ser feitos na zona da serra, acrescentando que o espaço envolvente da extensão de saúde de Serro Ventoso é da responsabilidade da Junta de Freguesia. -----

-----**António Manuel Pedroso do Rosário (PPD/PSD):** -----

-----Usou da palavra dizendo ter lido na comunicação social que a variante a Porto de Mós já não iria ser feita. -----

-----Fez um breve comentário à extinção das extensões de saúde que ocorrerão no concelho. ---

-----Relativamente às despesas não documentadas pediu uma listagem para se saber efectivamente quais são. -----

-----Quanto à Pousada da Juventude, disse encontra-se a mesma em plena degradação. Quanto ao Centro Desporto Ar Livre, foi completamente desvirtuado. Há mais de um ano que não se faz qualquer actividade. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Fez ainda referência aos desperdícios que são colocados em contentores acarretando custos ao nível dos tratamentos dos lixos, competindo à Câmara Municipal arranjar alternativas. -----

-----Mencionou ainda a confraria da morcela de arroz bem como fez referência à arvore que está no recinto das escolas em Alvados e que pode oferecer algum risco com a queda de ramos.---

-----**Fernando Manuel Marques Amado (P.S.):**-----

-----Usou da palavra para referir que sendo o mandato de 4 anos, é necessário ter o máximo de cuidado com os investimentos que se fazem, e quem está à frente das freguesias tem que ter essa preocupação. -----

-----Analisando a informação que o senhor Presidente da Câmara distribuiu, referiu que a 1ª parte manifesta preocupação na redução da despesa, reparando mais à frente em obras estruturantes para o concelho e que não se fazem em poucos meses. Sendo este ano direccionado para redução de despesa, tal não significa que a Câmara não se candidate a projectos para obtenção de receitas que podem ser canalizadas para obras de maiores dimensões. -----

-----Fez ainda algumas considerações relativamente ao PDM, documento a que atribui uma importância política vital, bem como ao Plano de Ordenamento do PNSAC, cuja negociação interessa de sobremaneira a toda a zona serrana do concelho. Quanto à zona abrangida pelo IPPAR, é importante a negociação pela Câmara Municipal, para que se possa desenvolver a zona de S. Jorge. Fez ainda referência à importância do saneamento básico de Mira de Aire, considerando uma obra estruturante para o desenvolvimento harmonioso do concelho.-----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu a Fernando Manuel Marques Amado (P.S.) dizendo que a prioridade da Câmara neste momento, é equilibrar as contas uma vez que as despesas correntes são muito elevadas bem como tentar pagar as dividas atrasadas acrescentando que se não conseguir estabilizar a situação até final do ano, irão passar-nos ao lado grande parte das candidaturas porque não temos dinheiro para a nossa quota-parte. -----

-----Quanto ao novo Quadro de Apoio Comunitário as regras são diferentes, privilegiando projectos intermunicipais pelo que é importante que eles existam.-----

-----No que se refere à variante a Porto de Mós, referiu uma reunião que teve em Lisboa no IEP e manifestou a sua preocupação com o que pode vir a acontecer. Disse ainda que vários autarcas do concelho de Porto de Mós, foram a Lisboa dizer que nenhuma das soluções que estão em cima da mesa interessam e propuseram uma terceira solução. -----

-----Quanto à Pousada da Juventude em Alvados, disse que esta sofreu uma grande alteração dado que não tinha capacidade para receber um autocarro de jovens e que as obras iriam começar em breve tendo já dado entrada o processo na Câmara.-----

-----**José Jorge Couto Vala (PPD/PSD):**-----

-----Relativamente à construção da variante, disse exigir que se pedisse um esclarecimento às Estradas de Portugal, em virtude da noticia que veio veiculada na comunicação social, sobre a possibilidade da não construção da variante. Pediu depois ao senhor Presidente da Câmara que defendesse este projecto que é fundamental para os destinos de Porto de Mós. -----

-----Quanto ao PDM, achou não ser possível haver PDM aprovado sem Plano de Salvaguarda de S. Jorge.-----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (PPD/PSD):**-----

-----Referiu que há dois meses disse que o documento que aqui foi distribuído vinha cheio de intenções, deste dirá que tem muita obra e algumas intenções. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Referiu ainda o protocolo relativo à escola da Cumeira para fornecimento de refeições às crianças.-----

-----Quanto à casa velório do Juncal, acha que dificilmente será construída este ano, perguntando quanto tempo terão de esperar.-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e respondendo a José Jorge Couto Vala (PPD/PSD), pede à Assembleia Municipal uma moção de solidariedade para com a Câmara Municipal para apresentar junto das autoridades competentes para a construção da solução B da variante a Porto de Mós.-----

-----Quanto a S. Jorge, diz não querer ficar associado à passagem de uma certidão de óbito a S. Jorge, considerando que a zona de salvaguarda é absurdamente grande e prejudicando os interesses da população daquela localidade. Disse ainda ter a força da Fundação Batalha de Aljubarrota que concorda com a redução do perímetro de salvaguarda.-----

-----No que respeita à construção da casa velório no Juncal, disse que esta era para avançar.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (Presidente da Junta de Freguesia de S. João Baptista – PPD/PSD):**-----
-----Pedi esclarecimento relativamente à conclusão do Espaço Jovem e antigo Matadouro, e quais os montantes envolvidos.-----

-----Questionou ainda a situação de vazamento de entulho na Valicova, acrescentando que a Câmara Municipal deveria legalizar o vazadouro para esse tipo de lixos.-----

-----Fez ainda referência ao Plano de Salvaguarda da Zona Histórica de Porto de Mós.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PPD/PSD):** --
-----Disse que não é justo deixar no ar que o Presidente da Junta de Serro Ventoso se movimentou para levar para Serro Ventoso a extensão de Saúde.-----

-----Fez ainda menção ao encerramento de duas escolas em Serro Ventoso chamando a atenção para a necessidade de transporte dessas crianças.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PPD/PSD):**-----
-----Esclareceu que a sua função enquanto membro da assembleia municipal é fiscalizar, pelo que pede que não lhe falem em despesas indocumentadas e que falem claro. Pediu ainda que se resolva o problema da Estrada da Fonte do Oleiro.-----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu relativamente ao Espaço Jovem, que este está a ser feito pelo pessoal da Câmara Municipal, pelo que não há uma meta em termos de acabamento da obra. Quanto ao antigo Matadouro, é para instalação da CERCILEI, e trata-se de uma obra que rondará os 200 000 euros.-----

-----No que refere à Valicova disse que o problema são os proprietários dos terrenos e que neste momento há um vazadouro em licenciamento no concelho de Porto de Mós, mas para depósito de desperdícios de oficinas de pedra.-----

-----Referindo-se à suspensão do PDM para a instalação de uma indústria que veio a esta Assembleia Municipal na passada sessão, disse que a empresa continua a manter o interesse em Porto de Mós.-----

-----Quanto aos trabalhos na estrada 362 disse serem inviáveis os passeios contínuos.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Vereador Rui Neves referiu as reparações que foram efectuadas na escola que irá acolher os alunos da Bezerra e Casais do Chão.-----

-----Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia passou a ler as duas moções que foram apresentadas, uma pela bancada do PPD/PSD e outra, uma petição apresentada pelo executivo relativamente à construção da variante a Porto de Mós:-----

-----**MOÇÃO DA BANCADA DO PPD/PSD**-----

-----Moção no sentido de que esta Assembleia se solidariza com a Câmara Municipal de Porto de Mós, na defesa de uma das duas propostas de variante a Porto de Mós, dando conhecimento desta moção ao IEP.-----

-----Porto de Mós, 21 de Abril de 2006.-----

-----*(Assinaturas)*-----

-----**PETIÇÃO**-----

-----O Presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós solicita ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que coloque à discussão neste plenário a seguinte moção:-----

-----A eventual rejeição e/ou adiamento da construção da variante ao IC9 (solução B) significa para o concelho de Porto de Mós rejeitar ou adiar o desenvolvimento económico e social da nossa região que tão carenciada está de acessibilidades fluentes em toda a zona sul do concelho e da ligação deste à A1 e A8.-----

-----Porto de Mós, 21 de Abril de 2006.-----

-----*O Presidente da Câmara Municipal (Assinatura).*-----

-----**José Jorge Couto Vala (PPD/PSD)** interveio para dizer que para a bancada do PPD/PSD, não faz diferença qual a solução escolhida, desde que a variante venha a ser uma realidade.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PPD/PSD)** interveio apoiando o anterior interveniente.-----

-----**Fernando Manuel Marques Amado (P.S.)**, usou da palavra para pedir ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que suspendesse a sessão por algum tempo de forma a bancada do Partido Socialista poder reunir para discutir a questão da variante. O senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou que, atendendo ao adiantado da hora (01,30 h) e ao facto de ainda não se ter entrado no Período de Antes da Ordem do Dia, irá suspender a presente sessão até segunda feira, dia 24 de Abril, às 20.00 h, altura em que se retomarão os trabalhos.-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou encerrada às 01.40 do dia 21 de Abril a 1ª reunião desta sessão e para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada.-----
